

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.979 - SP  
(2019/0125147-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : CONSTRUTORA & INCORPORADORA ZANINI SJCAMPOS EIRELI**  
**ADVOGADOS : SILMARA APARECIDA PALMA - SP127978**  
**YVAN BAPTISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR - SP164510**  
**EMBARGADO : MUNICIPIO DE ITAQUAQUECETUBA**  
**PROCURADOR : ELAINE APARECIDA DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP143622**

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por CONSTRUTORA & INCORPORADORA ZANINI SJCAMPOS EIRELI, à decisão de fls. 603/604, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Ao contrário do que o Nobre Julgador fundamentou sua R. Decisão neste V. Acórdão, cabe ressaltar que a intempestividade não ocorreu, tendo em vista que Vossa Excelência não observou e omitiu de sua análise os documentos de fls. 524/527, que comprovam a suspensão dos prazos processuais do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, inclusive a informação do provimento CSM nº 2.457/2017- artigos 1º e 2º, colacionado as folhas 503/504.

[...]

Houve a colação, bem como a menção do provimento CSM nº 2.457/2017- artigos 1º e 2º do feriado nacional de Corpus Christi (anexo neste momento processual), senão vejamos [...] (fls. 608/609).

[...]

Ou seja, além da suspensão dos prazos processuais (24/05/2018, 25/05/2018, 28/05/2018, 29/05/2018 e 30/05/2018 - fls. 524/527) em virtude da greve dos caminhoneiros, a qual perdurou por semanas e atingiu os mais variados segmentos comerciais, empresariais, industriais e inclusive o Poder Judiciário, houve de forma taxativa a colação do provimento CSM nº 2.457/2.017 – artigos 1º e 2º, que comprovara a ocorrência da suspensão do prazo processual no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, devido ao feriado de Corpus Christi (fl. 611).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Cumpra esclarecer, pois se encontra pacificado nesta Corte, que a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do expediente forense deve ser demonstrada, no ato da interposição do recurso que pretende seja conhecido por este Tribunal, por documento oficial ou certidão expedida pelo Tribunal de origem, não bastando a mera menção ao feriado local nas razões recursais, tampouco a apresentação de documento não dotado de fé pública (AgInt no REsp 1686469/AM, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 21/3/2018, DJe de 27/3/2018).

Não se desconhecem as alegações da parte, bem como os documentos carreados aos autos, que comprovam a antecipação do encerramento do expediente forense em determinados dias, durante a contagem do prazo recursal. Porém, é necessário esclarecer que o feriado local e o encerramento do expediente forense antes da hora normal estão sujeitos a disciplinas jurídicas diferentes com, por conseguinte, consequências jurídicas diversas.

É certo que, com a novel legislação processual, nos termos do art. 219, "na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis".

Por sua vez, nos termos do art. 216 do CPC, "além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense".

Conclui-se, portanto, que, para fins de contagem dos prazos processuais (art. 219 c/c art. 216 do CPC), somente serão considerados os dias da semana (de segunda-feira a sexta-feira), desde que não sejam feriados e desde que tenha havido expediente forense. Assim, de outra forma, se durante a semana houver algum dia que seja feriado ou que não tenha havido expediente forense, ele se torna um dia "não-útil", para fins de contagem de prazo processual, sendo excluído da respectiva contagem.

No caso dos autos, o dia 31/05/2018 é feriado local, o qual deveria ter sido comprovado no momento da interposição do recurso, o que não ocorreu.

# Superior Tribunal de Justiça

Por outro lado, o início tardio ou o encerramento antecipado do expediente forense não torna esse dia "não-útil", ou seja, a disciplina desse fato processual não está regulada no art. 216 do CPC, mas sim no art. 224, § 1º, do mesmo diploma processual, o qual sustenta que se "o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal" os "dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte".

É o que aconteceu nos autos no que concerne aos dias **24/5/2018, 25/5/2018, 28/5/2018, 29/5/2018 e 30/5/2018** (fls. 524/527, Comunicados n. 77, 79, 87 e 88/2018).

Nos dias acima listados, houve expediente forense, o qual foi encerrado antecipadamente. A consequência jurídica do encerramento antecipado está prevista no art. 224, § 1º, do CPC: a prorrogação do dia do começo ou do dia do final do prazo. No caso, o prazo começou no dia 10/05/2018 e terminou em 31/05/2018, ou seja, não coincide com nenhuma das datas acima mencionadas. Se o encerramento antecipado ocorrer durante o transcurso do prazo recursal, trata-se de dia útil, que se soma à contagem do prazo processual, não havendo exclusão dos referidos dias. Nesse sentido, o AgInt no REsp 1664678/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 27/10/2017.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente

